

## **6. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A VÁRIAS FREGUESIAS:**

Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências:

**a) À Freguesia de Sobreposta**, para a execução da obra denominada **“Parque de Lazer de Sobreposta – 1ª. fase”**, montante de **153.987,72 euros**.

**b) À União de Freguesias de Arentim e Cunha**, para a execução da obra denominada **“Requalificação do Pavimento da Rua Divino Salvador - Arentim”**, montante de **5.347,44 euros**, com **IVA**.

**c) À União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada **“Parque Desportivo Iluminação Final”**, montante de **11.980,12 euros**.

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREPOSTA

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: ALEXANDRE JOSÉ SÁ VIEIRA** intervindo em representação da **FREGUESIA SOBREPOSTA**, pessoa colectiva de direito público nº 507 060 377 com sede na Avenida da Igreja da Igreja, nº59, 4715-538 adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Sobreposta** O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ---- de----- de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **Sobreposta** em sessão de----- de ----- de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE SOBREPOSTA** para a execução da obra denominada “**Parque de Lazer de Sobreposta – 1ª Fase**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **145.271,43€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 8.716,29€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 153.987,72€.**

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

*a)* Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

*b)* Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

### **Cláusula 17.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

## **Cláusula 20ª**

### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº ----- a -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº ----- a -----.

## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 8 de Novembro de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta**



**PARECERES/INFORMAÇÕES**

**DESPACHOS/DELIBERAÇÕES**

Proceder em conformidade.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
Dr. Ricardo Rio

**INFORMAÇÃO N.º : DPCG019**

**DATA: 2016/11/07**

**ASSUNTO:**

Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Sobreposta

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Sobreposta decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2017), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 153.987,72€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao Contrato Interadministrativo a celebrar serão suportados pelo orçamento de 2017, através da rubrica "0102.0805010202 – Freguesias – Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação", inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2017 com o n.º "2017/6 – Transferências de capital – Freguesias – Delegação de competências".

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sílvia Louro



**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/17489/2015

Assunto: Parque de Lazer de Sobreposta – 1ª Fase

Freguesia: Freguesia de Sobreposta

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>A construção do Parque de Lazer de Sobreposta está contemplada no Plano 2016 do município e o seu interesse estratégico merece o reconhecimento e consequente aprovação do executivo e Assembleia Municipal. Por tal razão, deverá ser aprovada e delegada na junta de Freguesia de Sobreposta, através de um contrato Interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>07.11.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>De acordo.</p> <p>Prevista no Plano para 2016 e aprovada por Assembleia Municipal a presente processual necessária à evolução do Projeto, por o mesmo ser submeter à reunião do Executivo Municipal para a pronúncia sobre a delegação de obra referida na JF de Sobreposta para estabelecimento do respectivo contrato interadministrativo.</p> <p>4.º Voto</p> <p>07 de nov 2016</p>
	Despacho do Sr. Presidente da Câmara
<p>A DAF-Secretaria, D. Filomena, para elaboração do contrato interadministrativo respetivo.</p> <p>07.11.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter à DE para calibrar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>07.11.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>João Carlos Muzyl</p> <p>16.11.09</p> <p><i>[Signature]</i></p>

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**

**PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MANUEL RIBEIRO AFONSO** intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**, pessoa colectiva de direito público nº 510 834 612 com sede Rua 25 de Abril, nº 10, 4705-745 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de **Arentim e Cunha**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de---  
--de ----- de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016 pela Assembleia de Freguesia de **Arentim e Cunha** em sessão de ----- de ----- de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ARENTIM E CUNHA** para a execução da obra denominada **“Requalificação do Pavimento da Rua Divino Salvador - Arentim,”** prevista no plano de atividades para o ano em curso, dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **5.347,44€ (c/I.V.A, por conta da delegação efetuada.**

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

- 1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
- 2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Modificação do contrato**

- 1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
- 2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Suspensão do contrato**

- 1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
  - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
  - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
- 2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

- 1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
  - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº----- a -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº ----- a -----



## **Cláusula 21ª**

### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

### **Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em----- de ----- de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

**b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 18 de Novembro de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da União de Freguesias de Arentim e Cunha**

---



**BRAGA**  
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/13966/2016/1

Assunto: Requalificação do Pavimento da Rua Divino Salvador - Arentim

Freguesia: U.F. Arentim e Cunha

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p>Uma vez comprovado que a verba remanescente da obra do Parque de Lazer de Cunha corresponde exatamente ao solicitado pela autarquia local, 5.347,44€, julgo de conceder a referida verba à junta da União de Freguesias de Arentim e Cunha, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, conseqüentemente, à aprovação da Assembleia municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>15.11.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter à DAF - Secretaria, D. Filomena Vieira, para elaborar o respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>18.11.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Justificar a intervenção na Rua Divino Salvador na melhoria da qualidade de mobilidade na Freguesia, que submeter à validação do pleno executivo de (v) voto e à aprovação do Executivo Municipal a elaboração de um contrato interadministrativo para a requalificação final de Rua Divino Salvador.</p> <p>Fino Vargas</p> <p>17 Nov 2016</p>
	Despacho do Sr. Presidente da Câmara

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE: ORLANDO AGOSTINHO MARQUES FERNANDES GOMES**, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 569, com sede no Lugar do Assento – 4705-473 ESCUDEIROS, adiante designada *por* **FREGUESIA**.  
Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de ---- de ----- de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto Estêvão e S. Vicente), em sessão de -----de -----de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----de ----- de 2016.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**Parque Desportivo Iluminação Final**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de 11.302,00 €, à qual acresce a importância de 678,12 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **11.980,12€**, por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

**Cláusula 4ª**  
**Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

**Cláusula 5ª**  
**Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

**Cláusula 6ª**  
**Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

**Cláusula 7.ª**  
**Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

**Cláusula 8.ª**  
**Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

**Cláusula 13.ª**  
**Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

**Cláusula 14.ª**  
**Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Cláusula 15.ª**  
**Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Revogação**

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Publicidade**

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --  
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos  
nº-----.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

##### **Arquiva-se no maço de documentos:**

a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;



b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;

c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, 16 de Novembro de 2016**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de  
Escudeiros e Penso (Sto Estêvão e S. Vicente)**

**PARECERES/INFORMAÇÕES**

**DESPACHOS/DELIBERAÇÕES**

Proceder em conformidade.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
Dr. Ricardo Rio

**INFORMAÇÃO N.º : DCPCG023**

**DATA: 2016/11/21**

**ASSUNTO:**

Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente) decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2017), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 11.980,12€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao Contrato Interadministrativo a celebrar serão suportados pelo orçamento de 2017, através da rubrica "0102.0805010202 – Freguesias – Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação", inscrito nas Grandes Opções do Plano para 2017 com o n.º "2017/6 – Transferências de capital – Freguesias – Delegação de competências".

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro



BRAGA

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/15176/2016

Assunto: Parque Desportivo Iluminação Final

Freguesia: UF de Escudeiros, Penso Stº Estêvão e Penso S. Vicente

Informação do Adjunto do Sr. Vereador	Despacho do Sr. Vereador
<p><i>Na sequência do despacho do Sr. Vice-Presidente, de 11/11/2016, de remeter à DAF-Secretaria, D. Filomena Vieira, para elaboração do competente contrato interadministrativo a fim de ser submetido à apreciação do executivo e, conseqüentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</i></p> <p><i>15.11.2016</i></p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p><i>De remeter à DE para cabimentar e submeter à reunião do executivo.</i></p> <p><i>16.11.2016</i></p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	
	<p><b>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</b></p>